

Adriana Demite Stephani
(Organizadora)

Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação [recurso eletrônico] : uma nova agenda para a emancipação 2 / Organizadora Adriana Demite Stephani. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação. Uma Nova Agenda para a Emancipação; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-739-0 DOI 10.22533/at.ed.390192310 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação – Inclusão social. I. Stephani, Adriana Demite. II. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A coleção “Educação: Uma Nova Agenda para a Emancipação 2” é um mosaico de abordagens, olhares e narrativas sobre a educação brasileira. De caráter *pluri*, é composta por 2 volumes contendo 23 artigos cada, reunindo ao todo 46 textos que discutem, refletem e apresentam práticas de pesquisadores e docentes de diferentes estados e instituições, tanto brasileiras quanto internacionais.

objetivo da obra é apresentar um panorama das diversas e importantes pesquisas pelo país a partir de inúmeros aspectos da educação, desde processos históricos de constituição, desafios, enfrentamentos e ações na/para a formação docente, perpassando por reflexões sobre a educação como instrumento para a formação crítica e como processo inclusivo, como também apresentando possibilidades reais de atuações em sala de aula através dos relatos das práticas docentes.

O volume I inicia com 6 artigos que refletem o perfil docente do Século XXI diante dos novos paradigmas para a formação de professores e as reais condições do exercício docente em nosso país, refletindo sobre aspectos curriculares e enfrentamentos nessa formação. A esses primeiros textos, seguem-se outros 3 textos que trazem um olhar também sobre o perfil, o papel e a importância de gestores e coordenadores na Educação Básica. E, a Educação Básica é linha condutora dos 13 demais artigos que exploram diferentes aspectos educacionais como a inserção de temáticas pouco exploradas em sala de aula, assim como, práticas docentes envolvendo diferentes ferramentas e explorando os recursos das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), a partir de pesquisas realizadas, como também através de relatos de trabalhos com jogos e oficinas em sala de aula.

Os 5 textos iniciais do Volume II abordam aspectos históricos da educação, trazendo pesquisas, apresentando processos históricos constituintes de espaços escolares e de processos de escolarização, tanto de educação básica como superior, que narram alguns momentos, entre tantos, da história da educação brasileira. Seguem-se a esses, outros 9 capítulos que possuem como linha conectiva a formação crítica e emancipadora através do processo educativo em diferentes frentes, espaços e abordagens teóricas. Os 8 capítulos restantes refletem sobre o processo de inclusão, os enfrentamentos da educação especial, a questão da saúde dos profissionais da educação, os dilemas da relação família-escola, a necessidade de escuta na educação infantil e a importância de reflexões sobre a sexualidade juvenil.

Essa diversidade de temáticas e pesquisas apresentadas na obra demonstra os múltiplos olhares e enfrentamentos da educação do país e a necessidade de aprofundamento e reflexão constantes.

Convidados o leitor para essa reflexão!

Adriana Demite Stephani

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 1930 A 2016	
Adriana Freire Pereira Férriz Ingrid Barbosa Silva Jakeline Gonçalves Bonifácio Sena Rosane dos Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.3901923101	
CAPÍTULO 2	13
A REFORMA EDUCACIONAL SOB A ÓTICA NEOLIBERAL	
Elizangela Tiago da Maia	
DOI 10.22533/at.ed.3901923102	
CAPÍTULO 3	21
OS INSPETORES DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO	
Vinicius Teixeira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3901923103	
CAPÍTULO 4	33
O CONTEXTO HISTÓRICO DE EXPANSÃO DO CTISM: REFLEXÕES INICIAIS	
Talia Giacomini Tomazi Roselene Moreira Gomes Pommer	
DOI 10.22533/at.ed.3901923104	
CAPÍTULO 5	42
REFLEXÕES SOBRE ESCOLARIZAÇÃO E TRABALHO NA VIDA DE MENINAS E MULHERES BRASILEIRAS A PARTIR DO CURTA-METRAGEM VIDA MARIA	
Rodrigo Ribeiro de Oliveira Dagmar Silva Pinto de Castro Sueli Soares dos Santos Batista	
DOI 10.22533/at.ed.3901923105	
CAPÍTULO 6	52
A INTENCIONALIDADE DA FORMAÇÃO ESTÉTICA NA EDUCAÇÃO POR UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA-LIBERTADORA	
Elna Pereira Nascimento Cres Nilo Agostini	
DOI 10.22533/at.ed.3901923106	
CAPÍTULO 7	61
CRITICIDADE: PRESSUPOSTOS ORIUNDOS DA OBRA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU	
Letícia Maria Passos Corrêa Neiva Afonso Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.3901923107	

CAPÍTULO 8	75
CONCEPÇÃO LIBERALISTA DE LOCKE E O DIREITO À EDUCAÇÃO	
Thiago Rodrigues Moreira	
Raimundo Márcio Mota de Castro	
Juliane Prestes Meotti	
DOI 10.22533/at.ed.3901923108	
CAPÍTULO 9	86
CONFORMISMO SIMULADO: QUESTÃO DE ORDEM, DE SOBREVIVÊNCIA OU UMA SAÍDA POSSÍVEL EM TEMPOS RANÇOSOS?	
Enéas Machado	
Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3901923109	
CAPÍTULO 10	95
EDUCAÇÃO EM ADORNO – POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA EMANCIPAÇÃO	
Mariano Luiz Sousa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.39019231010	
CAPÍTULO 11	107
EDIFÍCIOS ESCOLARES VOLTADOS À EDUCAÇÃO EMANCIPADORA ORIENTADOS PELAS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS E METODOLOGIAS ATIVAS	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.39019231011	
CAPÍTULO 12	120
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO DE INTERAÇÃO FORMAÇÃO-TÉCNICA	
Thiago Vieira Machado	
Anne Alilma Silva Souza Ferrete	
DOI 10.22533/at.ed.39019231012	
CAPÍTULO 13	131
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE: APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA COMO PROPÓSITO	
Lucila Ludmila Paula Gutierrez	
Paula Macarena Caballero Moyano	
Raphael Maciel da Silva Caballero	
DOI 10.22533/at.ed.39019231013	
CAPÍTULO 14	139
EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA: UM DIÁLOGO ENTRE O PENSAMENTO GRAMSCIANO NA FORMAÇÃO INTEGRAL COM A EDUCAÇÃO DA GRÉCIA ANTIGA	
Janiara de Lima Medeiros	
Ohana Gabi Marçal dos Passos	
DOI 10.22533/at.ed.39019231014	

CAPÍTULO 15	151
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS DEFICIENTES NA ESCOLA PÚBLICA: O OLHAR DOS PROFESSORES DE DOIS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESPÍRITO SANTO	
Sandra Maria Guisso Charles Moura Netto	
DOI 10.22533/at.ed.39019231015	
CAPÍTULO 16	161
DEFICIÊNCIA VISUAL: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
João Ricardo Melo Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.39019231016	
CAPÍTULO 17	168
DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
João Ricardo Melo Figueiredo Eliana Leite Assis Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.39019231017	
CAPÍTULO 18	175
EDUCAÇÃO EM SAÚDE: EFICÁCIA DE UM ENSINO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	
Caio Winch Janeiro Carolina Rodrigues Lopes Gustavo de Souza Andrade Lívia Mariana Lima Gava Murieli Fonsati Mázzaro César Antônio Franco Marinho Gustavo Navarro Betônico	
DOI 10.22533/at.ed.39019231018	
CAPÍTULO 19	182
ESCOLA X FAMÍLIA: UM DOS DESAFIOS DO SÉCULO XXI	
Jenyfer Fernanda Almeida Andreia Aparecida Pontes Maria Elganei Maciel	
DOI 10.22533/at.ed.39019231019	
CAPÍTULO 20	192
A ESCUTA DAS CRIANÇAS COMO UM PRINCÍPIO DA AÇÃO EDUCATIVA: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA UEIIA/UFSM	
Ana Carla Bayer da Silva Daniela Dal Ongaro Jovaneli Lara Xavier Siqueira da Rosa Juliana Goelzer	
DOI 10.22533/at.ed.39019231020	
CAPÍTULO 21	202
CONHECIMENTO SOBRE SEXUALIDADE DE ESTUDANTES ADOLESCENTES EM MUNICÍPIO RIBEIRINHO AO NORTE DO BRASIL: O QUE FOI COMPREENDIDO E O QUE AINDA NECESSITA SER APRIMORADO?	
Liliane Gonçalves de Araújo Darlene Teixeira Ferreira Gláucia Caroline Silva de Oliveira	

Aldemir Branco de Oliveira-Filho
DOI 10.22533/at.ed.39019231021

CAPÍTULO 22 213

O PARADIGMA DA “ATIVAÇÃO” DO ESTUDANTE E AS DEMANDAS POR UMA EDUCAÇÃO EM COMPASSO COM O SEU TEMPO

Bruno Gomes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.39019231022

CAPÍTULO 23 225

CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DEFORMAÇÃO UNIFORME EM MATERIAIS SOB STRESS

Otto Leonardo Gómez Huertas

DOI 10.22533/at.ed.39019231023

SOBRE A ORGANIZADORA..... 231

ÍNDICE REMISSIVO 232

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 1930 A 2016

Adriana Freire Pereira Férriz

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFBA)
Salvador – Bahia

Ingrid Barbosa Silva

Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PROSS)
Aracaju – Sergipe

Jakeline Gonçalves Bonifácio Sena

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, Colegiado de Serviço Social
Salvador – Bahia

Rosane dos Santos Sampaio

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, Colegiado de Serviço Social
Salvador – Bahia

período 473 produções dentre periódicos, artigos, monografias, relatório de estágio, dissertações, livros, teses e publicações em eventos. Foram identificados 58 artigos publicados, 283 monografias, nove relatórios de estágio, 20 dissertações, 20 livros, oito capítulos de livro, quatro teses e 80 publicações em eventos. Foi possível constatar importantes transformações no cenário da atuação profissional no âmbito da educação, indicando rupturas e continuidades na atuação do/a assistente social. pode-se dizer que as mudanças têm relação com o processo de amadurecimento ocorrido nas últimas décadas, que modifica a concepção ideológica e interventiva da profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Política de Educação; Produção do conhecimento; Serviço Social.

RESUMO: O presente artigo foi construído, coletivamente, a partir de Trabalho de Conclusão de Curso, pela autora e membros da Banca examinadora, tem como principal objetivo realizar uma análise da produção do conhecimento referente ao trabalho do/a assistente social na educação no Brasil no período de 1930 a 2016. Configura-se estudo de cunho bibliográfico, e a metodologia utilizada contempla o uso de uma ficha de trabalho com questões elaboradas a partir dos objetivos de pesquisa. A partir disso foi possível catalogar, no

PRODUCTION OF SOCIAL SERVICE KNOWLEDGE IN BRAZIL IN THE FIELD OF EDUCATION FROM 1930 TO 2016

ABSTRACT: This article was organized in a collective way, starting from the Course Conclusion Paper, by the author and the members of the examining board 1930 to 2016. It is configured the study of bibliographic nature, and a methodology used contemplating the use of a worksheet with questions elaborated from

the research objectives. From this it was possible to catalog, in the period 1930-2016, the productions in journals, articles, monographs, internship reports, dissertations, books, theses and publications in events. We found 58 published articles, 283 monographs, nine theses, 20 dissertations, 20 books, eight book chapters, four theses and 80 event publications. It was possible to observe changes in the professional mission scenario in the field of education, in the presentation of breaks and continuities in the performance of the social worker. You can position yourself as someone who has access to the change of direction that has occurred in recent decades, which modifies an ideology of intervention and intervention of the profession.

KEYWORDS: Education; Education policy; Knowledge production; Social service.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo que é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia defendido no semestre 2019.1 tem como principal objetivo realizar uma análise da produção do conhecimento referente ao trabalho do/a assistente social na educação no Brasil no período de 1930 a 2016. Além disso, a motivação para a elaboração desse artigo foi a relação direta da temática com pesquisas científicas, grupos de estudos, construções teóricas, projetos de extensão, atividades políticas ligadas a comissão de educação do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 5ª Região, dentre outras, desenvolvidos ao longo do percurso acadêmico das autoras, assim como da atuação profissional na área educacional.

Nos últimos anos, a área da educação vem sendo foco de interesse de várias pesquisas desenvolvidas pela categoria profissional, tendo como centralidade o campo da educação e a inserção dos profissionais de Serviço Social nesse espaço. Desde a gênese do Serviço Social enquanto especialização do trabalho, já existia uma vinculação dos/as assistentes sociais na área educacional. Todavia, a partir da década de 1990, principalmente, pela maturação do projeto ético-político profissional, tornou-se visível uma inserção maior do Serviço Social nesta área, o que se percebe, sobretudo, pelo aumento do número de produções nos congressos, encontros e seminários no final do século passado.

A metodologia contemplou um levantamento bibliográfico a fim de produzir o mapeamento da produção do conhecimento referente ao trabalho do/a assistente social na educação no Brasil no período de 1930 a 2016 (artigos, dissertações, teses e livros). De início, a busca ocorreu no acervo do CRESS-BA (5ª região) e nos sites de instituições universitárias, buscando dissertações, teses, artigos, livros e anais de eventos que tratam sobre a atuação do/a assistente social na Política de Educação, a saber, Portal de periódicos das Universidades Federais; Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Banco de Dados de Teses e Dissertações (BDTD). Em seguida, foi realizada a

classificação da produção encontrada, de acordo com o tipo de trabalho.

Posteriormente, foi selecionada uma amostra de 40 (quarenta) trabalhos para análise, sendo que 20 (vinte) correspondem ao período de 1930 a 1999 e os 20 (vinte) demais, vinculam-se ao período dos anos 2000 até 2016. A análise teve como critério de inclusão trabalhos que contemplassem uma discussão sobre as três principais áreas da educação (básica, profissional e superior). Por fim, foi construída uma ficha de trabalho com questões elaboradas a partir dos objetivos da pesquisa, e com o intuito de identificar três principais aspectos: as concepções de educação presentes nas produções; a relação entre a educação e o Serviço Social e por fim, as demandas postas ao trabalho do/a assistente social na educação. Neste sentido, para fundamentar o presente artigo utilizamos autores referências para discutir o tema em questão: Ney Luiz Teixeira Almeida; István Mészáros; Maria Cristina Piana, etc.

2 | A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA

A educação é um campo de estudo presente em todas as dimensões da vida humana. Enquanto correlação de forças entre classes é considerada instrumento, pelo qual o sistema hegemônico reproduz e estabelece seus valores, mas pode ser também um importante recurso/instrumento utilizado pela classe trabalhadora para contrapor criticamente o ideário hegemônico posto na sociabilidade burguesa. Neste sentido, na sociedade de classes a educação pode ter papel dual; pode ser instrumento de emancipação humana e desenvolvimento de uma postura crítica das relações socioeconômicas, bem como pode também ser na sociedade capitalista, importante recurso de disseminação de interesses classista em predomínio.

As estratégias de reprodução hegemônicas se dão nos espaços institucionais formais de educação, e em geral induzem a aceitação dos princípios orientadores e dominantes que influem sobre a sociedade, adequando os sujeitos a assumirem “posições na ordem social, e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 44). Nesta perspectiva, o processo educativo na ordem do capital secundariza o papel formativo dos sujeitos e o torna mecanismo de reprodução de seus próprios interesses, ou seja, por meio da educação o homem reproduz seus princípios ideológicos e econômicos. E o Estado, dentro desse processo, planeja e intervém com o intuito de garantir as condições necessárias de reprodução do capital.

Aponta o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que no contexto histórico da Política de Educação seu significado estratégico para o capital não se alterou;

[...] tendo em vista que ainda cumpre funções importantes nos processos de produção de consensos em tempos de crise de capital e de necessidade de recomposição das taxas de acumulação, particularmente em decorrência dos

aportes conceituais, diagnósticos e investimentos capitaneados pelos organismos multilaterais, pelas conferências mundiais sobre educação e pela transposição da pedagogia empresarial para o campo educacional. Este quadro revela como a educação hoje se inscreve em um amplo processo de desumanização, a serviço da barbárie, assumindo uma feição moderna. (CFESS, 2014, p.20)

A própria capacidade de oferecer condições para o desenvolvimento do Capital, torna o sistema educacional e o ensino alvo de interesse de empresas nacionais e multinacionais cuja intenção é ampliar seu percentual de lucro. E nesse intento, a Política de Educação torna-se primordial para assegurar a reprodução desses interesses, através do alcance da expansão das formas de acesso e permanência nos níveis e modalidades educacionais, que segundo o CFESS (2014) se distribuem em: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica e educação superior.

A educação escolarizada, muito embora seja foco de atenção por oferecer condições para a produção e reprodução do sistema hegemônico, funcionamento e organização da sociedade capitalista, pode também ultrapassar essas fronteiras e vincular-se a outras instituições da sociedade (família, comunidade, instituições religiosas) que historicamente possui vinculação com a educação (ALMEIDA, 2008). Com isso, é importante pensar que toda educação tem uma função política, que dentro da sociedade capitalista, constitui-se como valorosa ferramenta de controle da vida social. E nessa perspectiva, entender a educação como dimensão da vida social, significa considerar seu papel na dinâmica das relações sociais que em uma sociedade organizada é permeada por interesses de classes antagônicas bem demarcados entre aqueles que produzem a riqueza e os que exploram e apropriam-se da riqueza produzida.

Tratando-se dos avanços legislativos, a Constituição Federal (CF) de 1988 trouxe importantes mudanças na esfera dos direitos sociais, das políticas sociais e educacionais. Apresenta marcos normativo que consolidam a educação como direito cívico, indica que a liberdade de ensino deve ser conservada e que, portanto deve se estabelecer em direito público individual, com a possibilidade de responsabilizar-se a autoridade competente, permitindo ao cidadão exigir do Estado a prestação desse serviço. Sendo assim, é a educação apresentada na CF/88, artigo 205 como;

[...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.123)

As referências para uma educação democrática e cidadã presente na legislação brasileira demonstram a tentativa de apresentar uma educação participativa e autônoma, no entanto não se pode negar que esses valores contidos na legislação não alcançam, em realidade, uma soma expressiva de jovens brasileiros que mesmo inseridos no espaço escolar não possuem acesso a uma educação de qualidade.

2.1 A inserção do/a assistente social na educação

Compreender a relação entre o Serviço Social e a Educação tem sido um exercício recorrente desempenhado de forma significativa por inúmeros grupos de pesquisa e de estudo. Considerando que muitos estão inseridos em espaços sócio-ocupacionais vinculados a implementação da Política de Educação, ou que requerem uma articulação com a mesma, esse é um movimento que se estabelece em diferentes espaços de debate e de formação da profissão. Embora tenha se tornado ainda mais robusto após a década de 1990, essa ligação do Serviço Social com a educação é verificada desde o primórdio da formação da profissão no país, estando presente no processo sócio-histórico constitutivo da formação, e na própria configuração das primeiras escolas de Serviço Social, já que era pertinente sua presença no campo educacional. Assim destaca o CFESS (2013),

[...] a vinculação do serviço social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise. (CFESS, 2013, p.15)

De acordo com o documento intitulado: Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Educação a década de 1990 se destaca como período de maior visibilidade da profissão no campo da educação, por este também ser um momento de maturidade e mudanças do projeto ético-político profissional. Com relevante crescimento no número de produções, congressos, encontros e seminários que possibilitaram a discussão e divulgação de trabalhos.

Para entendermos a produção do conhecimento dentro do Serviço Social, é importante compreender que esse processo acompanha a criação e expansão dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* nesta área, iniciado na década de 1970, com a criação dos Programas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Rio de Janeiro, e teve seu momento de destaque na década de 1990, com a criação de 26 (vinte seis) Programas de Pós-Graduação. No ano de 2013, a área do Serviço Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa em Nível Superior (CAPES) continha um quadro de 31 (trinta e um) Programas de Pós-Graduação, considerando que destes, 14 (quatorze) apresentavam em sua grande maioria cursos de doutorado e os demais apenas mestrado (CAPES, 2013).

O CFESS e o CRESS vêm se mobilizando e empreendendo esforços ao longo dos anos na tentativa de inserir o/a assistente social na Política de Educação, por compreender que este é um espaço que a profissão oferece sua contribuição por meio da identificação e enfrentamento de fatores econômicos, sociais e culturais que se apresentam como requisições dentro do campo educacional. Para que dessa forma, contrapondo-se ao sistema capitalista, o Serviço Social possa contribuir na luta a favor de uma educação de caráter emancipatório e compreendida como direito

social a ser assegurado e consolidado em todos os espaços educacionais no país.

Neste processo, destaca-se ainda a luta dos profissionais e do conjunto CFESS/ CRESS, pela aprovação do Projeto de Lei (PL) n. 3.688 de 2000 que dispõe sobre a inserção do/a Assistente Social no corpo de profissionais da Política de Educação. Aprovado depois de inúmeros embates em julho de 2013, muito embora não tenha ocorrido seu cumprimento imediato, apontando que ainda se faz necessário um longo caminho de lutas e pressões junto ao poder público para que de fato a lei se efetive.

Como bem afirma Mészáros (2002), a educação não se constitui por si só como força primária que estabiliza o sistema capitalista, ela participa do processo de consolidação e divulgação dos interesses ideológicos, e é também por si só insuficiente para estabelecer um processo alternativo emancipador capaz de dar conta da tarefa de romper com a lógica do capital. E pode por vezes também se apresentar nos espaços institucionais formais como uma prática educativa, ferramenta de internalização de consensos. Contradições estas, que implicam também na atuação do/a assistente social e no papel que estes profissionais são requisitados a atuar. O que torna desafiador o trabalho profissional nessa política, consubstanciado por uma educação, crítica e capaz de viabilizar aos “indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano” (CFESS, 2011, p.33).

As competências e atribuições profissionais do/a assistente social na Política de Educação ou qualquer outro espaço sócio-ocupacional que esteja inserido, são norteados e orientados pela Lei de Regulação da Profissão (Lei 8.662/1993), pelo código de ética profissional de 1993, bem como pelas Diretrizes Curriculares (1996) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). São por meio desses instrumentos que se estabelecem deveres e direitos, as atribuições e competências que norteiam o trabalho profissional e que devem ser respeitados pela categoria e pelas instituições onde esses profissionais estejam presentes. Salientamos que,

[...] competências expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais e atribuições se referem às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas. (IAMAMOTO, 2002, p. 25-26).

Muito embora a educação pública se afirme como direito social, as estratégias de acesso e permanência a educação nos diferentes níveis de ensino, ainda se estabelecem como um desafio ao processo de universalização da Política de Educação. Um exemplo desse processo se verifica através dos incentivos oferecidos ao setor privado para que as vagas de acesso sejam ampliadas, desvinculando recursos que poderiam ser direcionados a ampliação da Política de Educação para serem revestidas em benefício do capitalismo e de seu mercado.

Diante desse contexto, é notório a ampliação da requisição da inserção de assistentes sociais nas instituições que implementam a Política de Educação para operarem as políticas sociais e demais mecanismos existentes dentro dessa

política, como programas, projetos de assistência estudantil e de concessão de bolsas. É certo que há tensões e equívocos quanto à inserção de assistente sociais no desenvolvimento de tais políticas, projetos e programas nessa área e a sua atividade profissional, os quais também existem nas demais áreas e requerem um posicionamento da categoria quanto à distinção entre os mesmos. (OLIVEIRA, 2015, p.07)

Nessa perspectiva, a atividade profissional dos/as assistentes sociais que atuam junto a Política de Educação é cada vez mais requisitada para estarem vinculados a implementação de programas e projetos associados à assistência estudantil e de concessão de bolsas. O que exige do profissional, clareza a respeito das suas competências técnicas e políticas que o subsidie na construção de estratégias e ações que demonstrem as reais contradições que permeiam Política de Educação e que estão presente em todos os níveis de formação a ela vinculado.

Ciente disto o profissional terá condições de transpor os limites institucionais, que muitas vezes reduzem sua prática unicamente ao estudo socioeconômico, concessão de bolsas ou outros benefícios, e se firmar, de modo que sua ação se amplie e contribua efetivamente para a consolidação da educação como direito social em um sentido mais amplo, reivindicando a dimensão integral e cidadã que devem ser inerentes a essa política. Referente a isso, o CFESS (2012) esclarece,

A presença dos/as assistentes sociais na política educacional remete à reflexão acerca da necessidade do entendimento da educação como um processo social numa dimensão integral, envolvendo os processos socioinstitucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é determinante. (CFESS, 2012 p.124)

A ampliação dos espaços ocupacionais do Serviço Social no ambiente de ensino, não se estabelece apenas por ser uma reivindicação da categoria, o papel desse profissional cada vez mais vem sendo reconhecido pela sua atuação na organização dos serviços sociais e na consolidação de processos sociais direcionados à ampliação dos direitos sociais e educacionais. Vale destacar que a atuação da categoria na Política de Educação se dá em diversas modalidades, estabelecidas de acordo com o público alvo atendido pelos profissionais nos diferentes espaços ocupacionais. De acordo com levantamento realizado em 2010/2011 pelo Grupo de Trabalho de Educação CFESS (2016), as modalidades que concentram a atuação profissional no campo da educação, são as seguintes: educação infantil, ensino fundamental, educação especial, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação superior e educação indígena. O documento esclarece que a maioria dos profissionais que atua na educação no país, se concentra na modalidade de educação fundamental.

3 | RESULTADOS DA PESQUISA

Através dos resultados da pesquisa realizada acerca da produção do conhecimento referente ao trabalho do/a assistente social na educação no Brasil, foi possível identificar o quantitativo de 473 produções, sendo que um total de 305 no período de 1930 – 1999, equivalente a 64,4%, e 168 no período de 2000 – 2016 correspondendo a 35,5%.

PERÍODO	1930 - 1999	2000 - 2016	TOTAL
ARTIGOS	10	48	58
MONOGRAFIAS	263	20	283
RELATÓRIOS DE ESTÁGIO	9	-	9
DISSERTAÇÕES	11	9	20
LIVROS	1	10	20
CAPÍTULO DE LIVRO	-	8	8
TESES	1	3	4
PUBLICAÇÕES EM EVENTOS	10	70	80
TOTAL	305	168	473

TABELA 1 - O Serviço Social na Política de Educação no período de 1930-2016

FONTE: Pesquisa sobre a produção do Serviço Social na educação, 2016-2017.

Sobre a especificidade dos tipos de documentos, foram encontrados 58 artigos, 283 monografias, nove relatórios de estágio, vinte dissertações, vinte livros, oito capítulos de livro que aborda a temática, quatro teses de doutorado e oitenta trabalhos publicados em anais de eventos. Percebe-se que o maior destaque de publicações concentra-se no número de monografias encontradas. E que o número de publicações em eventos tem expressivo crescimento exponencial a partir dos anos 2000, justamente quando o Serviço Social se faz mais presente no campo da educação.

A partir do levantamento realizado, foi possível entender que as primeiras publicações referentes ao tema em análise são da década de 1944 e trata-se de monografias de conclusão de curso da Universidade Federal Fluminense. Os relatórios de estágio identificados no acervo da Biblioteca da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) eram considerados como o trabalho final de conclusão de curso. Sendo o primeiro encontrado datado do ano de 1974 e o último em 1990. O primeiro artigo publicado sobre o tema foi localizado na Revista Serviço Social e Sociedade n. 6 no ano de 1981.

Referente a concepção de educação presente nas produções, foi possível perceber que esta acompanha o processo de amadurecimento e mudanças propostas pela própria categoria de assistentes sociais que percebeu a necessidade de se

repensar e redirecionar a profissão, abrindo caminho para reflexões no arcabouço teórico, metodológico, ético, político e pedagógico. Isto foi importante para promover o repensar permanente da atuação profissional, inserida em um contexto social que cada vez mais, se coloca em embate com os projetos societários, vigentes em uma sociedade permeada por contradições e mudanças nas suas relações sociais. Assim, nas décadas iniciais vincula-se a uma compressão conservadora, moralista e de ajustamento dos indivíduos aos espaços sociais que integram, apresentando-se em consonância com as requisições para qual a profissão foi criada. Pensada inicialmente para intervir nas dificuldades vivenciadas pela classe trabalhadora, tendo em vista seu ajustamento e adequação ao contexto social vigente

As produções publicadas a partir da primeira década do novo século, adquiriram uma feição mais direcionada aos marcos normativos e regulatórios do campo educacional. Trazendo em seu conteúdo às disposições legais sobre o conceito de educação apresentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e na Constituição Federal, que destacam a educação como direito, bem como o acesso ao ensino formal e a permanência na escola, eixos fundamentais quando tratamos da qualidade da efetivação desses direitos. Destaca-se ainda, a concepção definida a partir do documento do subsídio que apresenta a educação como um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social. (CFESS, 2014).

No tocante à relação entre o Serviço Social e a Educação foi identificado nas primeiras produções uma atuação profissional ligada a práticas moralizantes dos indivíduos, bem como ao ajustamento comportamental. Verifica-se também que esta relação se assentava na competência da categoria em realizar trabalhos articulados entre famílias, escolas e comunidade, com vista a integrar a sociedade aos espaços educativos e incentivar juntamente com as instituições o desenvolvimento do educando. Neste momento das primeiras publicações não se verifica evidências de uma aproximação da atuação vinculada a programas e projetos que pudessem contribuir para permanência estudantil.

Com o amadurecimento em suas formas de representatividade político-corporativas o Serviço Social avança para a década de 1990 com a preocupação em promover debates destinados a tratar das políticas sociais públicas, empenhando-se em reforçar a luta pela garantia dessas políticas como direito social, propondo-se a construir sua trajetória comprometida com as transformações sociais e com compromissoteórico-metodológico sustentador de uma compreensão crítica da realidade social e comprometida com as transformações sociais. Rompendo nesse percurso, com os processos de intervenção em caso, em grupo e em comunidade (PIANA, 2009).

Neste momento o posicionamento da profissão se propõe a tratar das demandas originadas da dinâmica de luta da classe trabalhadora e que se apresenta por meio de manifestações da questão social, expressas nas desigualdades sociais. Dentro

do campo educacional, isso se apresenta principalmente por meios de problemas relacionados ao acesso e permanência estudantil. O trato com a questão social nas produções se evidencia a partir dos anos 1990 e se expressa em prevalência nos trabalhos divulgados nos anos subsequentes.

Quanto às demandas postas ao trabalho do/a assistente social na política de educação. Verifica-se nos primeiros trabalhos demandas referentes ao estudo da realidade socioeconômica dos educandos, atendimento e orientação a alunos que passava por situações de violência, dentre outras requisições institucionais. É importante salientar que essa intervenção tinha como direção tratar das questões pertinentes a realidade escolar dos alunos, tendo em vista o fortalecimento dos vínculos familiares, institucionais e comunitários. Com o amadurecimento da categoria, muitas das demandas apresentadas ao profissional no início da sua trajetória continuaram sendo foco de sua prática, contudo sua preocupação nos processos interventivos ultrapassa dificuldades de aprendizagem dos sujeitos. Cresceu a vinculação cada vez mais nos espaços com o objetivo de pensar uma Política de Educação atrelada ao projeto ético-político profissional, reconhecendo a educação como espaço de formação dos sujeitos, que assegura os direitos sociais, e sobretudo fortalecendo-o como democrático e emancipador.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise feita neste trabalho, pode-se refletir que a Política de Educação no Brasil se configura como espaço estratégico na manutenção e reprodução dos interesses da sociedade de classes, sendo requisitada tanto pelos organismos multilaterais que a utilizam como mecanismo de expansão e elevação dos índices de escolarização da população, bem como pode ser instrumento de luta da classe trabalhadora para viabilizar a efetivação dos direitos à educação. E nesse sentido, os marcos regulatórios – Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases para educação de 1998 – ampliam os direitos educacionais por meio da ampliação das formas de acesso e permanência nos níveis e modalidades da educação. Pôde-se compreender também que para a viabilização desse acesso é de fundamental importância a presença do Serviço Social para a efetivação e garantia dessa política

A pesquisa apontou para a existência de uma ampla produção do conhecimento sobre o trabalho do/a assistente social na política de educação no Brasil, e destacou que, apesar de ser um campo emergente, não se apresenta como espaço de atuação novo. É na verdade um ambiente que o profissional se insere desde os primórdios da atuação no país, sendo requisitado a implementar ações vinculadas a prática de ajustamento moral e controle social do extrato populacional atendido pela Política de Educação.

Contudo, só a partir da década de 1990 que se verifica um número maior de

produções que trazem a Política de Educação como eixo central de discussão e reflexão. Foi um momento que a academia ampliou os estudos acerca da temática, através dos grupos de pesquisa e destaca-se nesse processo a ativa atuação do Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS-CRESS sobre o Serviço Social na Educação. Foi um momento de maior articulação e envolvimento dos órgãos reguladores e fiscalizadores da profissão que se destacaram por incluir a temática educação nos eventos e congressos realizados pela categoria. Pode-se afirmar que foi reconhecida, assim, a necessidade de construir espaços que promovam a reflexão sobre o trabalho e inserção da categoria da Política de Educação.

Vale ressaltar que estamos passando no momento atual por um período difícil, marcado por retrocessos e ataques aos direitos civis, sociais e políticos consolidados por meio de lutas e enfrentamentos da classe trabalhadora. A educação nesse processo tem sofrido com corte de verbas com a justificativa de não ultrapassar o teto de gastos públicos estabelecidos pela União. No entanto, após compreendermos neste estudo que a educação é um campo estratégico de consolidação e reprodução de interesses de classe, fica claro que a intenção é desarticular esse espaço em potencial, para que não seja lugar de construção de projetos emancipatórios, contrários à ordem estabelecida. Contudo, é da contradição e da disputa antagônica dos interesses de classe que emergem as estratégias de resistência. Nesse sentido, o Serviço Social como categoria que também soma-se ao estrato da classe trabalhadora, deve se inspirar no Projeto Ético Político e nas duras lutas advindas do processo de Reconceituação da profissão, e continuar a resistir e lutar pela ampliação da produção do conhecimento, lembrando-se sempre que o fazer profissional deve estar intrinsecamente associado ao pensar criticamente o contexto sócio-histórico no qual a profissão está inserida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e política educacional. Um breve balanço dos avanços e desafios desta relação.** Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte. Disponível em <[http://www.cressmg.org.br/Servi%C3%A7o%20Social%20e%20pol%C3%ADtica%20educacional%20-%20Palestra%20Prof.%20Ney%20Teixeira%20\(1\).doc](http://www.cressmg.org.br/Servi%C3%A7o%20Social%20e%20pol%C3%ADtica%20educacional%20-%20Palestra%20Prof.%20Ney%20Teixeira%20(1).doc)> Acesso em 10/04 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 3.688/2000.** Dispõe sobre a prestação de serviço de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>> Acesso em 22/04 2019.

BRASIL. **Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998.** Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, que regulamenta o disposto no art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2561.pdf>> Acesso em 22/04/ 2019.

CAPES. **Documento da área de Serviço Social (2013).** Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Servi%C3%A7o_Social_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf> Acesso em 25/03/2019.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social, **Sobre a incompatibilidade entre Graduação a distância e Serviço Social**. Volume 2. Brasília (DF), 2014.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília-DF: CFESS, 2013.

_____. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Brasília-DF: CFESS, 2011.

_____. **A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS**. SER Social, v. 14, n. 30, p. 244-258, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2002.

OLIVEIRA, Maria de Oliveira. **O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: apontamentos e reflexões**. . VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2015. Disponível em. <[joinpp2015http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/o-servico-social-na-politica-de-eudcacao-apontamentos-e-reflexoes.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/o-servico-social-na-politica-de-eudcacao-apontamentos-e-reflexoes.pdf)> Acesso em 20/05/2019.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** / Maria Cristina Piana. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOBRE A ORGANIZADORA

ADRIANA DEMITE STEPHANI - Possui Licenciatura em Letras e Pedagogia. Especialista em Língua Portuguesa: Métodos e Técnicas de Produção de Textos. Mestrado e Doutorado em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é docente (Adjunto III) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, em Arraias, e do Programa de Pós-graduação em Letras da UFT/Porto Nacional. Tem experiência na área de Letras e Pedagogia com ênfase em Ensino de Língua e Literatura e outras Artes, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores, Letramentos, Arte e ensino, Arte Literária, Literatura e ensino, Literatura e recepção, Literatura e outras Artes, Leitura e formação, Leitura e Escrita Acadêmica e Literatura infanto-juvenil. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Literatura, Ensino e Recepção (LER), em parceria com docentes da UEG e UnB. Avaliadora do Inep/MEC de cursos de Letras e Pedagogia.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 10, 26, 30, 58, 59, 91, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 142, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 167, 171, 173, 174, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190, 195, 199, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225
Aprendizagem ativa 111, 213, 214, 220, 221, 223
Arquitetura escolar 107, 109, 119

B

BNCC 139, 140

C

Campo 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 29, 31, 35, 40, 43, 44, 48, 50, 70, 86, 88, 89, 90, 93, 97, 121, 132, 134, 141, 163, 167, 169, 171, 174, 183, 184, 187, 208, 213
Conformismo simulado 86, 92
Consciência verdadeira 95, 96, 97, 100, 102, 105, 106
Críticidade 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73
Curta-metragem Vida Maria 42

D

Deeper learning 213, 214, 220, 221, 222, 223
Deficiência 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174
Deficiência visual 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174

E

Educação em saúde 134, 137, 175, 176
Educação escolar 52, 74, 95, 96, 103, 104, 105, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 152, 189
Educação especial 4, 7, 152, 160, 161, 165, 168, 173, 194, 195
Educação infantil 4, 7, 20, 96, 103, 115, 116, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200
Educação profissional 4, 7, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41
Emancipação 3, 50, 53, 54, 62, 66, 68, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 111, 120, 125, 128, 130, 134, 144, 149
Ensino de filosofia 61, 62, 68, 70, 71, 73, 74
Ensino híbrido 107
Esclarecimento 55, 59, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 120, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130
Escolarização 5, 10, 18, 23, 42, 44, 47
Escuta 134, 164, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 200

Estado 3, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 29, 30, 34, 37, 43, 44, 56, 61, 63, 66, 67, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 93, 103, 105, 122, 124, 141, 145, 162, 194, 204, 212, 215, 217, 221

F

Família 4, 45, 79, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 125, 143, 151, 154, 157, 158, 159, 160, 165, 168, 169, 170, 173, 174, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 200, 203, 211, 212, 217

Formação cultural 95, 96, 98, 99, 102, 104, 105, 106, 120, 125, 126, 129

Formação estética 52, 54, 55

Formação humana 37, 39, 58, 61, 62, 65, 66, 72, 74, 105, 121, 139, 141, 143, 145, 146, 149

G

Gênero 6, 23, 29, 30, 31, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 65, 82, 211

H

Homem integral 52, 57

I

Inclusão 3, 54, 59, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 173

Inspeção eficaz 21, 23, 25, 26, 30

Inspetores da instrução 21, 27, 28, 30

Instrução popular 21, 24

Inteligências múltiplas 107, 109, 110, 111, 113, 117, 119

Interdisciplinaridade 139, 141, 146, 147, 148, 149, 150

J

Jean-Jacques Rousseau 61, 62, 63, 65, 68, 74

L

Liberalismo 15, 16, 75, 76, 77, 79, 84

Locke 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 122, 124, 130

M

Metodologias ativas 107, 109, 110, 111, 112, 117, 119, 137, 220, 221

N

Neoliberalismo 13, 15, 16, 60

P

Paideia 123, 130, 139, 140, 147, 148, 149, 150

Participação 15, 18, 86, 100, 115, 134, 136, 147, 151, 157, 159, 174, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 211

Política de educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12

Políticas neoliberais 33

Precarização 35, 40, 86, 87, 88, 89, 91

Primeiros socorros 175, 176, 177, 178, 180

Produção do conhecimento 1, 2, 5, 10, 11

Professores 19, 27, 29, 31, 38, 73, 92, 93, 94, 103, 104, 112, 113, 114, 115, 118, 134, 136, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 167, 174, 175, 177, 184, 185, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 212, 220, 231

Profissionais da saúde 131, 133

Profissionalização 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94

R

Redesenho do espaço escolar 107

Reforma 13, 17, 20, 41, 66, 88, 112, 113

S

Serviço social 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Sociedade da aprendizagem 213, 214, 216, 217

Suporte básico de vida 175, 176, 177, 181

T

Trabalho 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 33, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 96, 97, 100, 101, 103, 104, 105, 111, 113, 115, 118, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 163, 165, 166, 167, 171, 172, 173, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 212, 213, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223

Trabalho pedagógico 192, 194, 196, 197, 198

V

Vida escolar 182, 185, 187, 189

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-739-0

